

**Exmo. Senhor**

**Presidente** do Conselho da Administração da  
Caixa Geral de Aposentações

Av. João XXI 63,

1000-300 Lisboa

Lisboa, 26 de Março de 2019

**ASSUNTO: Utente: (nome e número de beneficiário da CGA)**

*Exmo. Senhor;*

Eu, (nome), residente na (morada) tendo tomado conhecimento do Acórdão do Tribunal Constitucional datado de 27 de Fevereiro que veio “declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral” do n.º 1 do artigo 43.º do Estatuto da Aposentação, por violar os princípios da proteção da confiança (artigo 2.º da Constituição da República) e da igualdade (artigo 13.º), ou seja, Acórdão que declara inconstitucional a norma que prevê que as pensões são calculadas com base nas regras em vigor no momento em que o pedido é despachado pela Caixa Geral de Aposentações, venho pelo presente solicitar a V. Exa. que seja recalculada o valor da minha pensão, por assim ser de direito e de elementar Justiça.

Espera merecidamente deferimento

O Requerente